



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete da Governadora

MENSAGEM Nº 65 /GG

Teresina (PI), 10 de AGOSTO de 2022.

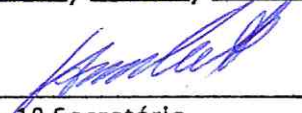
A Sua Excelência, o Senhor
Deputado **THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
NESTA CAPITAL

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 23 / 08 / 22

Excelentíssimo Senhor Presidente,


Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,


1º Secretário

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossas Excelências para que seja submetido à superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei que "*Altera a Lei nº 5.361, de 29 de dezembro de 2003.*".

O presente Projeto de Lei visa atualizar a composição do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA-PI, criado pela Lei Complementar nº 28, de 09 de junho de 2003 que tem como objetivo propor as diretrizes da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Dessa forma, tendo em mente a importância da matéria, solicito aos membros dessa Augusta Casa sua apreciação confiando, pelas razões expostas, na aprovação do Projeto de Lei que submeto a superior consideração desse Egrégio Poder Legislativo.


MARIA REGINA SOUSA
Governadora do Estado do Piauí

10 / 08 / 2022
PARA LEITURA EM EXPEDIENTE


Lucas Dias de A. Guerra
Assessor Sec. Geral da Mesa



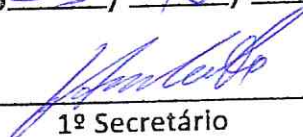
*Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete da Governadora*

PROJETO DE LEI Nº 38 , DE 10 DE AGOSTO DE 2022.

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 23 / 08 / 22

Altera a Lei nº 5.361, de 29 de dezembro de 2003.



1º Secretário

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 5.361, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA-PI, criado pela Lei Complementar nº 28, de 09 de junho de 2003, é um órgão deliberativo de caráter permanente e de âmbito estadual, integrante da estrutura básica da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos – SASC, e tem como objetivo propor as diretrizes da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que configuram a alimentação como parte integrante do direito de cada cidadão.” (NR)

“Art. 2º.....
I – propor, considerando as deliberações da Conferência Estadual de Segurança Alimentar, as diretrizes da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, de conformidade com as diretrizes nacionais, a serem implementadas pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos – SASC, através da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN-PI, e pelos demais órgãos e entidades executores dessa política;

IX – convocar a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a quatro anos;
.....” (NR)

“Art. 3º O CONSEA-PI será composto por 30 (trinta) membros e seus respectivos suplentes com direito a voz e voto, sendo 10 (dez) representantes de instituições



governamentais e 20 (vinte) representantes de entidades da sociedade civil, assim definidos:

- I – 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos - SASC;
- II – 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF);
- III – 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC);
- IV – 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde (SESAPI);
- V – 1 (um) representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR);
- VI – 1 (um) representante da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN);
- VII – 1 (um) representante da Agência de defesa Agropecuária do Estado do Piauí (ADAPI);
- VIII – 1 (um) representante do Instituto de Assistência Técnica de Extensão Rural do Piauí (EMATER);
- IX – 1 (um) representante da Universidade Federal do Piauí (UFPI);
- X – 1 (um) representante da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB);
- XI – 2 (dois) representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- XII – 2 (dois) representantes de Entidades Sindicais;
- XIII – 3 (três) representantes de Entidades Profissionais;
- XIV – 2 (dois) representantes do Segmento Religioso;
- XV – 2 (dois) representantes de Cooperativas;
- XVI – 1 (um) representante do Movimento de Pessoas em Situação de Rua;
- XVII – 3 (três) representantes do Movimento de Agricultores Familiares e Extrativistas;
- XVIII – 2 (dois) representantes do Movimento de Produção Agroecológica e Orgânica;
- XIX – 2 (dois) representantes do Semiárido Piauiense;
- XX – 2 (dois) representantes das Necessidades e Situações Alimentares Especiais.

§ 1º A Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos - SASC, no prazo 45 (quarenta e cinco) dias após o resultado da eleição do CONSEA/PI, encaminhará os nomes dos representantes governamentais, como seus respectivos suplentes, bem como os nomes dos 20 (vinte) representantes da sociedade civil, para designação pelo Governador do Estado do Piauí.

§ 2º Os representantes da sociedade civil terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 5º Os representantes da sociedade civil serão escolhidos conforme critérios de indicação estabelecidos pela Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 8º Poderão compor o CONSEA-PI, na qualidade de observadores, representantes da sociedade civil afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional, indicados pelos titulares das instituições que o representam, com direito a voz e sem direito a voto, mediante convite formulado pelo presidente do CONSEA-PI.

.....” (NR)

mes

“Art. 4º O CONSEA-PI será presidido por um representante da sociedade civil, indicado pelo Conselho, entre seus membros, e designado pelo (a) Governador (a) do Estado do Piauí.

Parágrafo único. No prazo de 15 (quinze) dias, após a designação dos conselheiros, o Secretário Geral convocará reunião, durante a qual será indicado o novo Presidente do CONSEA-PI.” (NR)

“Art. 5º

I – Plenário;

II - Secretaria Geral;

III – Secretaria Executiva;

IV - Comissões Temáticas.

§ 1º

§ 2º O Secretário-Geral do CONSEA-PI será um representante de instituição governamental, indicado pelo Conselho, entre seus membros, e designado pelo (a) Governador (a) do Estado do Piauí.” (NR)

“Art. 6º O suporte técnico-administrativo, bem como as despesas necessárias à instalação e manutenção do CONSEA-PI, correrão à conta da dotação específica da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos – SASC, sem prejuízo da colaboração de outros órgãos e entidades públicas ou privadas.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 10 de AGOSTO de 2022.

ms